

## Evasão de professores

Leio, na edição do JB, de 30 de março findo, primeiro caderno, que a Secretária Estadual de Educação, Prof.<sup>a</sup> Mariléa da Cruz, muito justamente preocupada com a evasão de seus professores da rede de ensino, vai tomar medidas que suponho enérgicas, no sentido de obrigá-los à permanência no recinto das escolas, mormente os que trabalham no regime de 40 horas semanais.

Ora, segundo velho preceito jurídico, *sublata causa, tollitur effectus*; ou seja, “suprimida a causa, desaparece o efeito”. Evasão (efeito) há realmente, ou até “fuga”, como está no jornal. Cumpre, pois, indagar da causa. Um dos tipos de fuga ou evasão é a aposentadoria, até agora, pelo menos, direito do servidor. A causa próxima é bastante conhecida: o desastroso projeto de reforma da Previdência, que veio para beneficiar e não para prejudicar, como explica o ministro Reinhold Stephanes, e com o qual se pretende defender a incolumidade do Plano Real. Claro que, se não houver ameaças aos direitos do funcionário, a sua tendência será permanecer em serviço.

A segunda causa é mais grave e dolorosa: os ridículos salários pagos ao magistério de primeiro e segundo graus, o que obriga os professores, com prejuízo do ensino e do seu próprio aperfeiçoamento, a ir buscar em outras atividades algo que, somados aos trezentos reais que, no máximo percebem mensalmente, lhes permita sobreviver para poder trabalhar. Portanto, se o objetivo é a fixação do professor na escola, é por aí que se deve começar. O piso salarial para um professor do qual se exige curso normal ou superior e é selecionado por concurso não pode ficar abaixo de R\$ 800,00, e isso num cálculo modesto (compare-se com o que percebe um assessor de Assembléia Legislativa ou Câmara Federal como salário inicial). Com esses salários serão abertos cursos de reciclagem ou aperfeiçoamento, nos quais os professores serão inscritos *ex-officio*, haverá tempo para reuniões destinadas à elaboração de planos de curso, avaliação de resultados, correções de trabalhos, acompanhamento do aproveitamento das classes, etc. As escolas deverão ser providas de bibliotecas razoavelmente equipadas, de salas de trabalho para os professores. Verão que, com essas e outras medidas, de caráter não draconiano, as diretoras terão a alegria de encontrar diariamente os seus professores num trabalho contínuo e satisfeito.

Não há muito tempo (o que ainda se dá com as Universidades Federais, o ensino público era via de regra bem superior ao particular. E isso porque era o Estado que pagava melhor e por isso sempre podia recrutar os melhores professores. Hoje, porém, não apresenta condições para que os seus professores possam dar à cultura a quota merecida. Tudo decaiu: ensino, cultura, disciplina.

No entanto, fala-se na prioridade do ensino básico e na qualidade que o há de reerguer. Desgraçadamente, não se vê o óbvio.

[Carta aos leitores]  
30/3/95

\*

### Resgate do Professor

No número de 23 de julho, estampou O GLOBO artigo da professora Ana Galheigo, atualmente no exercício do cargo de subsecretária estadual de Educação, sob o título “O resgate do professor”. Como professor tem vivência do problema e, pela função que exerce, responsabilidade no encaminhamento de sua solução. Antigo militante do magistério, onde fruí momentos muito mais saudáveis que os da hora presente, era natural que me lançasse à leitura do artigo com particular interesse. Infelizmente, e muito lamento, o desencanto foi em crescendo até o fecho do artigo. Os professores do estado vêm de uma greve que não lhes trouxe o menor benefício, a não ser talvez um enfezado abono de emergência, paliativo que prolonga a agonia, mas não cura o doente. A greve, naturalmente, reivindicava melhoria salarial, dado que uma remuneração mensal para um cargo que exige curso normal ou superior completos, além de prova de seleção, no valor de R\$ 300 para menos, não dá nem para o sustento semanal de um operário sóbrio e honesto. Vejamos, portanto, como a ilustre professora encara a questão salarial do magistério: “O salário é muito importante, sem dúvida! Mas a recuperação do *status* sócio-econômico do professor está diretamente relacionada à retomada da nossa função social para a maioria”. E continua: “Só quando a maioria da população se beneficiar efetivamente de uma educação de qualidade” etc. Quem não vê logo que os dados do problema foram invertidos? Na verdade, aos professores não se impõe a “retomada” de sua função social, porque nunca a interromperam. Com todas as dificuldades resultantes da precariedade de sua situação econômica (de *status* nem há como falar), aos trancos e barrancos, para usar de uma expressão do povo, vêm cumprindo, com sacrifício e consciência do dever, a sua função social, muitas vezes recorrendo aos seus poucos recursos para suprir as deficiências do meio escolar. Ensino de qualidade? Como esperar por esse outro tipo de retomada, se não dispõem os mestres de base pecuniária que lhes permita a aquisição de livros indispensáveis à sua constante atualização ou o acompanhamento de cursos de reciclagem ou aperfeiçoamento? Dêem aos professores do estado (e também do município) salários condignos, e verão por exemplo, que, em vez de evasão da carreira, valores novos irão acorrer às provas de seleção, contribuindo assim para a “educação de qualidade” almejada